



Concurso Público para provimento de cargos de **Técnico Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Não basta conquistar a sabedoria, é preciso usá-la.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 7.

Quando criança, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e que "aceitou" a escravidão sem resistência. Também me contaram que a princesa Isabel havia sido sua grande redentora. No entanto, essa era a história contada do ponto de vista dos vencedores, como diz Walter Benjamin.

O que não me contaram é que o Quilombo do Palmares, na serra da Barriga, em Alagoas, perdurou por mais de um século, e que se organizaram vários levantes como forma de resistência à escravidão, como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata. Com o tempo, compreendi que a população negra havia sido escravizada, e não era escrava.

Se para mim, que sou filha de um militante negro e que sempre debati essas questões em casa, perceber essas nuances é algo complexo e dinâmico, para quem refletiu pouco ou nada sobre esse tema pode ser ainda mais desafiador. O processo envolve uma revisão crítica profunda de nossa percepção de si e do mundo. Implica perceber que mesmo quem busca ativamente a consciência racial já compactuou com violências contra grupos oprimidos.

(Adaptado de: RIBEIRO, Djamilia. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das Letras, 2019)

1. De acordo com o texto,
 - (A) a princesa Isabel foi a grande aprisionadora de pessoas negras.
 - (B) a população negra não teve uma história antes da escravidão.
 - (C) os escravizados foram capturados sem o uso da força.
 - (D) a percepção das nuances da escravidão é complicada e variável.
 - (E) o desafio para se compreender a escravidão é maior para os negros.

2. No texto, o termo "escrava" expressa a ideia de
 - (A) condição natural.
 - (B) estado agradável.
 - (C) situação real.
 - (D) posição voluntária.
 - (E) circunstância aleatória.

3. Em *Também me contaram que a princesa Isabel havia sido sua grande redentora*. (1º parágrafo), o pronome sublinhado exerce a função sintática de:
 - (A) objeto direto.
 - (B) objeto indireto.
 - (C) complemento nominal.
 - (D) adjunto adnominal.
 - (E) predicativo do sujeito.

4. *Quando criança, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto*. (1º parágrafo)
No contexto, o trecho sublinhado acima expressa a ideia de
 - (A) tempo.
 - (B) condição.
 - (C) concessão.
 - (D) proporção.
 - (E) comparação.

5. O uso de aspas em "aceitou" (1º parágrafo)
 - (A) explicita um equívoco.
 - (B) indica uma citação.
 - (C) realça um estrangeirismo.
 - (D) destaca uma ironia.
 - (E) assinala um título.

6. *O que não me contaram é que o Quilombo do Palmares, na serra da Barriga, em Alagoas, perdurou por mais de um século*. (2º parágrafo)
O termo "perdurou" pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por:
 - (A) sobreviveu.
 - (B) perdeu.
 - (C) sucumbiu.
 - (D) combateu.
 - (E) fortaleceu.



7. Com o tempo, compreendi que a população negra havia sido escravizada. (2º parágrafo)

Reescrevendo o trecho acima por meio da voz passiva sintética, e mantendo a correlação temporal, a forma verbal utilizada será

- (A) tinha sido.
- (B) se escravizara.
- (C) escravizou.
- (D) se escravizaram.
- (E) se escravizou.

Atenção: Leia o poema para responder às questões de números 8 a 10.

Vida

*Já perdoei erros quase imperdoáveis,
tentei substituir pessoas insubstituíveis
e esquecer pessoas inesquecíveis.*

*Já fiz coisas por impulso,
já me decepcionei com pessoas
que eu nunca pensei que iriam me decepcionar,
mas também já decepcionei alguém.*

*Já abracei pra proteger,
já dei risada quando não podia,
fiz amigos eternos,
e amigos que eu nunca mais vi.*

*Amei e fui amado,
mas também já fui rejeitado,
fui amado e não amei.*

*Já gritei e pulei de tanta felicidade,
já vivi de amor e fiz juras eternas,
e quebrei a cara muitas vezes!*

*Já chorei ouvindo música e vendo fotos,
já liguei só para escutar uma voz,
me apaixonei por um sorriso,
já pensei que fosse morrer de tanta saudade
e tive medo de perder alguém especial (e acabei perdendo).*

*Mas vivi!
E ainda vivo!
Não passo pela vida.
E você também não deveria passar!*

(Augusto Branco)

8. É invariável quanto a gênero e a número o termo sublinhado em:

- (A) já dei risada quando não podia,
- (B) Já gritei e pulei de tanta felicidade,
- (C) já liguei só para escutar uma voz,
- (D) Não passo pela vida.
- (E) e amigos que eu nunca mais vi.

9. Já fiz coisas por impulso

O advérbio "já", no verso acima, exprime a noção de

- (A) em parte.
- (B) neste momento.
- (C) atualmente.
- (D) dentro em pouco.
- (E) anteriormente.



10. *e amigos que eu nunca mais vi.*

Substituindo o pronome relativo "que" por outro, e respeitando a regência verbal, a forma adequada é:

- (A) dos quais.
- (B) o qual.
- (C) os quais.
- (D) pelos quais.
- (E) aos quais.

Matemática e Raciocínio Lógico

11. Sete netos, todos com idades diferentes entre si, devem dividir a quantia de R\$ 4.664,00 da seguinte maneira: o neto mais novo deve receber três oitavos dessa quantia e, do que sobrar, o mais velho deve receber um quinto. Finalmente a quantia que ainda restar deve ser igualmente distribuída entre os demais netos. André não é o neto mais novo, nem é o neto mais velho, e a diferença entre as quantias recebidas pelo neto mais velho e André é

- (A) R\$ 111,50.
- (B) R\$ 116,60.
- (C) R\$ 124,40.
- (D) R\$ 128,50.
- (E) R\$ 132,50.

12. Um professor possui vários livros, uma parte em inglês e a outra em português, sendo a razão entre o número de livros em inglês e o número de livros em português igual a $\frac{2}{7}$. Esse professor trocou 120 livros que tinha em inglês por 90 outros livros, sendo 56 em português e os demais em inglês. Após a troca, a razão entre o número de livros em inglês e o número de livros em português desse professor passou a ser de $\frac{9}{40}$. Agora, o número de livros que ele possui é

- (A) 1974.
- (B) 2037.
- (C) 2016.
- (D) 1995.
- (E) 2058.

13. Em uma aula de improvisação, Alex, Beto e Caio foram escolhidos para conversar com os demais alunos e, cada um, durante toda a conversa, falou apenas verdades ou apenas mentiras. Os três escolhidos combinaram entre si quemalaria verdades e quemalaria mentiras, mas o resto do grupo não sabia o papel que cada um interpretava. Quando a improvisação começou, Alex disse: "Beto escolheu o papel de mentiroso" e Beto disse: "dois entre nós três escolheram o papel de mentiroso". O professor, que também não sabia quem falava a verdade e quem mentia, perguntou a Caio em que ano ele havia nascido, ao que Caio respondeu. Paula, em seguida, repetiu para Caio a mesma pergunta que o professor havia feito e, com a resposta que Caio lhe deu, somente assim, ela pôde concluir logicamente que os papéis representados por Alex, Beto e Caio eram, respectivamente,

- (A) mentiroso, honesto, mentiroso.
- (B) mentiroso, mentiroso, honesto.
- (C) mentiroso, honesto, honesto.
- (D) mentiroso, mentiroso, mentiroso.
- (E) honesto, mentiroso, honesto.

14. A sequência mista 4, 8, 7, 5, 10, 9, 13, 6, 16, 10, 19, 7, ... contém os elementos de duas sequências, sendo uma delas formada pelos elementos que ocupam as posições ímpares e a outra pelos elementos das posições pares. Nessa sequência mista, subtraindo seu 100º elemento de seu 99º elemento, obtemos

- (A) 115.
- (B) 125.
- (C) 119.
- (D) 122.
- (E) 118.



15. Considere seguintes proposições:

p: Em março há 2 feriados ou 5 domingos.

q: Em março nunca há carnaval.

A negação da condicional $p \rightarrow q$ é equivalente à afirmação:

- (A) Em março não há 2 feriados e não há 5 domingos e em março sempre há carnaval.
- (B) Em março não há 2 feriados ou não há 5 domingos e em março sempre há carnaval.
- (C) Em março há 2 feriados ou 5 domingos e em março pode haver carnaval.
- (D) Se em março não há 2 feriados e não há 5 domingos, então em março sempre há carnaval.
- (E) Se em março não há 2 feriados e não há 5 domingos, então em março pode haver carnaval.

Legislação

16. A Lei nº 8.112/1990 especifica que a posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos

- (A) relacionados ao processo administrativo disciplinar.
- (B) de ofício previstos em lei.
- (C) passíveis de delegação.
- (D) relativos à escala de trabalho.
- (E) que configurem crime.

17. O Regimento Interno do TRT da 14ª Região prevê como primeiro critério para determinação da antiguidade dos Juízes do Trabalho

- (A) a data do início do exercício na jurisdição.
- (B) a data da posse.
- (C) a data da nomeação.
- (D) o tempo de serviço público.
- (E) a maior idade.

18. Nos termos dispostos no Regimento Interno do TRT da 14ª Região, compete às Turmas processar e julgar

- (A) recurso ordinário.
- (B) recurso adesivo.
- (C) agravo de petição.
- (D) agravo de instrumento.
- (E) tutelas de urgência e de evidência nos autos dos processos de sua competência.

19. Considere os seguintes itens.

- I. Pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- II. Pela publicação da sentença condenatória.
- III. Pela publicação de decisão ou acórdão de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal que confirma sentença condenatória ou que reforma sentença de improcedência.
- IV. Pela publicação de decisão ou acórdão do Superior Tribunal de Justiça que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência.
- V. Pela publicação de decisão ou acórdão do Supremo Tribunal Federal que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência.

A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.230/2021, que dispõe sobre improbidade administrativa, prescreve em oito anos. Esse prazo da prescrição interrompe-se na ocorrência do contido em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) IV e V, apenas.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) I, IV e V, apenas.
- (E) II e III, apenas.

20. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, os bens cujos os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital de licitação, por meio de especificações usuais de mercado, é denominado bem

- (A) característico.
- (B) uniforme.
- (C) qualificável.
- (D) comum.
- (E) ordinário.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Florêncio e Nair eximiram-se de obrigação legal a todos imposta. Ele, por motivo de convicção política, e ela, por motivo de crença religiosa. De acordo com a Constituição Federal, por essas razões,
- (A) Florêncio e Nair poderão ser privados de direitos, ainda que cumpram prestação alternativa, tendo em vista que ninguém poderá deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
 - (B) apenas Florêncio poderá ser privado de direitos, independentemente de cumprimento de prestação alternativa, garantida a liberdade de crença religiosa a Nair.
 - (C) apenas Nair poderá ser privada de direitos, independentemente de cumprimento de prestação alternativa, garantida a liberdade de manifestação de pensamento a Florêncio.
 - (D) Florêncio e Nair poderão ser privados de direitos se se recusarem a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
 - (E) nem Florêncio nem Nair poderão ser privados de direitos, ainda que se recusem a cumprir prestação alternativa, tendo em vista a garantia constitucional de proteção dos direitos e garantias fundamentais.
-
22. Jaciara tem 37 anos de idade e deseja exercer trabalho noturno em determinada empresa. Seu filho, Joel, de 17 anos de idade, quer também exercer ofício no mesmo horário que sua mãe. De acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas, com relação ao trabalho noturno,
- (A) poderão exercê-lo Jaciara, por ser maior de idade e, também, Joel, por ter mais de 16 anos.
 - (B) apenas Jaciara poderá exercê-lo, sendo ele proibido para Joel, em razão de sua idade.
 - (C) apenas Joel poderá exercê-lo, por ter mais de 16 anos, sendo proibido para Jaciara, por ser mulher.
 - (D) nenhum dos dois poderá exercê-lo, pois o trabalho nesse horário é proibido para mulheres e para menores de 18 anos.
 - (E) Jaciara poderá realizar o trabalho nesse período e Joel apenas poderá exercê-lo na condição de aprendiz.
-
23. Marilda, brasileira nata, residiu no exterior por muitos anos, onde trabalhava a serviço da República Federativa do Brasil. Lá casou-se com Zen, estrangeiro, e teve sua filha Marion. A família resolveu mudar para o Brasil, onde Marion quer fazer faculdade e Zen deseja se naturalizar brasileiro para poder exercer o cargo de oficial das Forças Armadas. De acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas, Marion
- (A) é brasileira nata e Zen não poderá exercer o cargo que deseja, ainda que se naturalize brasileiro.
 - (B) não é brasileira nata e Zen não poderá exercer o cargo que deseja, ainda que se naturalize brasileiro.
 - (C) é brasileira nata e Zen poderá exercer o cargo que deseja apenas se se naturalizar brasileiro.
 - (D) não é brasileira nata e Zen poderá exercer o cargo que deseja apenas se se naturalizar brasileiro.
 - (E) é brasileira nata e Zen poderá exercer o cargo que deseja, independentemente de se naturalizar brasileiro.
-
24. De acordo com a Constituição Federal, aquele que tem 35 anos de idade, possui a nacionalidade brasileira obtida por meio da naturalização e preenche também as seguintes condições de elegibilidade: o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição e a filiação partidária, com base apenas nas informações fornecidas,
- (A) poderá se candidatar a Presidente e Vice-Presidente da República, Senador, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, por preencher todas as condições de elegibilidade constitucionalmente previstas.
 - (B) não poderá se candidatar a Presidente e Vice-Presidente da República, Senador, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, por ser brasileiro naturalizado.
 - (C) poderá se candidatar a Senador, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, mas não poderá se candidatar a Presidente e Vice-Presidente da República, em razão de se tratar de cargos privativos de brasileiro nato.
 - (D) poderá se candidatar a Senador, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, mas não poderá se candidatar a Presidente e Vice-Presidente da República, em razão da idade que possui.
 - (E) não poderá se candidatar apenas aos cargos de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, e de Presidente e Vice-Presidente da República, em razão da idade que possui.
-
25. Segundo a Constituição Federal, o servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público
- (A) não poderá acumular nenhum outro cargo público remunerado, ainda que haja compatibilidade de horários, sendo que essa proibição não abrange as sociedades de economia mista.
 - (B) é estável, quanto ao requisito temporal, apenas após cinco anos de efetivo exercício, podendo perder o cargo em virtude de sentença judicial, mesmo que ainda não transitada em julgado.
 - (C) não possui direito à livre associação sindical durante o período que ainda não tenha adquirido a estabilidade, o que ocorre após, no mínimo, dois anos de efetivo exercício.
 - (D) poderá acumular qualquer outro cargo público, desde que haja compatibilidade de horários e que se limite a dois cargos públicos remunerados.
 - (E) é estável, quanto ao requisito temporal, após três anos de efetivo exercício, podendo, dentre outras hipóteses, perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.



26. De acordo com a Constituição Federal, esta poderá ser emendada mediante proposta
- (A) do Presidente da República, dentre outras possibilidades, sendo que é possível a Constituição ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
 - (B) do Presidente da República, dentre outras possibilidades, sendo que não poderá a Constituição ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
 - (C) de um terço, no máximo, dos membros da Câmara dos Deputados, apenas, não podendo ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir direitos e garantias individuais.
 - (D) de um terço, no máximo, dos membros do Senado Federal, apenas, não podendo ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.
 - (E) apenas do Presidente da República, não podendo ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.

27. Com relação à Justiça do Trabalho, considere.

- I. São seus órgãos: o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho.
- II. É da sua competência processar e julgar, dentre outras, as ações que envolvam exercício do direito de greve.
- III. É da sua competência processar e julgar, dentre outras, as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da Administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

28. De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público

- (A) da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, dentre os candidatos que podem ou não ser integrantes da carreira, desde que tenham mais de quarenta e cinco anos de idade.
- (B) tem como princípios institucionais a unidade e a indivisibilidade, não possuindo, entretanto, a independência funcional como seu princípio institucional.
- (C) abrange, além dos Ministérios Públicos dos Estados, o Ministério Público da União, que compreende, apenas, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho.
- (D) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (E) abrange os Ministérios Públicos dos Estados, sendo que estes formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira para escolha de seu Procurador-Geral para mandato de dois anos, não sendo permitida recondução.

Noções de Direito Administrativo

29. Considere a seguinte situação hipotética: O Prefeito de determinado Município e candidato à reeleição permitiu, durante o último mês do período de campanha eleitoral, que fossem publicadas algumas notícias de obras públicas realizadas na sua gestão no sítio eletrônico da Prefeitura, com menção expressa ao seu nome. A situação narrada constitui violação ao princípio da

- (A) proporcionalidade.
- (B) eficiência.
- (C) publicidade.
- (D) impessoalidade.
- (E) motivação.

30. Quando o Poder Público interfere na órbita do interesse privado para salvaguardar o interesse público, restringindo direitos individuais, atua no exercício do poder

- (A) de polícia.
- (B) hierárquico.
- (C) regulamentar.
- (D) disciplinar.
- (E) estritamente vinculado.



31. A anulação de ato administrativo
- (A) é de competência exclusiva da Administração pública, não podendo ser efetivada pelo Poder Judiciário.
 - (B) produz efeitos *ex nunc*, ou seja, retroativos à data em que foi emitido.
 - (C) corresponde ao desfazimento do ato por razões de ilegalidade.
 - (D) depende de provocação do interessado.
 - (E) corresponde ao processo de que se vale a Administração pública para aproveitar atos administrativos com vícios superáveis, de forma a confirmá-los no todo ou em parte.
-
32. A Lei nº 14.133/2021 traz expressamente em seu texto os princípios a serem observados nas licitações públicas. O princípio que implica na vedação à concentração de atribuições em um único sujeito e a exigência do fracionamento do exercício de funções mais suscetíveis a riscos entre uma multiplicidade de agentes públicos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação denomina-se
- (A) razoabilidade.
 - (B) competitividade.
 - (C) julgamento objetivo.
 - (D) julgamento nacional sustentável.
 - (E) segregação de funções.
-
33. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o leilão
- (A) deve ter seu edital divulgado exclusivamente em um sítio eletrônico oficial, não podendo ser adotado outro meio complementar de divulgação em razão de vedação expressa nesse sentido.
 - (B) não constitui modalidade licitatória prevista nessa lei.
 - (C) exigirá registro cadastral prévio.
 - (D) terá fase de habilitação.
 - (E) deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.
-
34. Considere as situações hipotéticas abaixo.
- I. O Estado do Acre pretende contratar profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública.
 - II. O Município de Rio Branco realizou licitação para a contratação de obra pública; no entanto, não surgiram licitantes interessados. Ocorre que o ente municipal ainda deseja contratar a obra pública, mantendo todas as condições definidas no edital da citada licitação, ocorrida há menos de 1 ano.
- Nos termos da Lei nº 14.133/2021:
- (A) será dispensável a licitação em ambas as hipóteses.
 - (B) será inexigível a licitação na hipótese I, e dispensável a licitação na hipótese II.
 - (C) deverá ser realizada licitação em ambas as hipóteses.
 - (D) será inexigível a licitação em ambas as hipóteses.
 - (E) será dispensável a licitação na hipótese I, e inexigível a licitação na hipótese II.
-
35. A entidade AB é uma autarquia federal e a entidade BC é uma empresa pública federal. Nesse caso,
- (A) AB foi criada por lei específica e, a instituição de BC foi autorizada por lei específica.
 - (B) ambas têm personalidade jurídica de direito público.
 - (C) AB integra a Administração pública direta e BC integra a Administração pública indireta.
 - (D) ambas admitem organização sob quaisquer das formas admitidas em direito.
 - (E) ambas possuem capital inteiramente público, com possibilidade de participação das entidades da Administração indireta.
-
36. No que concerne aos serviços públicos, o reconhecimento de prerrogativas para a Administração, como, por exemplo, o uso compulsório dos recursos humanos e materiais da empresa contratada, quando esta interromper a disponibilização de serviços essenciais aos usuários, constitui uma das consequências do princípio da
- (A) modicidade.
 - (B) mutabilidade do regime jurídico.
 - (C) igualdade dos usuários.
 - (D) continuidade do serviço público.
 - (E) atualidade.

**Noções de Administração Pública**

37. A categorização apresentada pela doutrina quanto aos tipos de decisão no âmbito das organizações, diferenciando as denominadas “programadas” daquelas ditas “não programadas”, considera como fator de diferenciação entre ambas
- (A) a qualidade da decisão, sendo as não programadas consideradas inferiores por não levarem em conta todas as alternativas possíveis.
 - (B) o grau de maturidade do tomador da decisão, sendo as programadas aquelas emanadas de gestores mais preparados e bem formados.
 - (C) a estruturação do processo, na medida em que as programadas são tomadas com antecedência e as não programadas em caráter de urgência.
 - (D) o grau de efetividade, sendo as programadas dotadas de maior grau de resolutividade em comparação às não programadas, sendo preferíveis para situações complexas e não recorrentes.
 - (E) a possibilidade de uso de soluções padronizadas disponíveis do acervo da organização, aplicável quando se trate de decisões programadas, enquanto as não programadas demandam soluções específicas.
-
38. Vários estudiosos já se debruçaram sobre o fenômeno da motivação no ambiente do trabalho, apresentando teorias que buscam explicar os fatores ou as dinâmicas que induzem a motivação e o que apresenta efeito inverso. Nesse contexto, a Teoria X, apresentada por McGregor, centra-se em aspectos
- (A) do grupo, sustentando que a motivação é um processo dinâmico e que pode ser induzido a partir do comportamento de um ou mais integrantes.
 - (B) ambientais, sustentando que uma combinação adequada de incentivos sociais, envolvendo o reconhecimento pelo grupo, é a mais eficiente para induzir a motivação.
 - (C) precipuamente psicológicos, apontando o reforço positivo como catalizador da motivação, já que a disposição para o trabalho é algo inerente ao indivíduo.
 - (D) intrínsecos, próprios da natureza do ser humano, sustentando a ausência de predisposição para o trabalho como algo inerente ao indivíduo.
 - (E) variáveis, sustentando que os fatores motivacionais variam de indivíduo para indivíduo, alguns respondendo melhor a incentivos financeiros e outros a prestígio e reconhecimento.
-
39. Nos estudos acerca do fenômeno da liderança e do comportamento dos líderes, o modelo de análise conhecido como *grid* (ou *grade*) gerencial sustenta que o gestor orienta a ação para dois aspectos fundamentais:
- (A) ênfase na produção, preocupando-se com o resultado da tarefa, e ênfase nas pessoas, considerando o atendimento às necessidades de subordinados, colegas ou chefes.
 - (B) estrutura de iniciação, com ênfase no conhecimento, e estrutura de consideração, com ênfase no perfil dos liderados, objetivando o ponto ótimo resultante da combinação dessas duas variáveis.
 - (C) complexidade da tarefa, tendo em mente os requisitos necessários para sua realização, e grau de maturidade dos liderados, cabendo adequar o estilo de liderança para harmonizar as duas variáveis.
 - (D) grau de autoridade demandada do líder, que pode ser modulada entre o perfil coercitivo ou benevolente, e nível de resistência do grupo para realização da tarefa indicada.
 - (E) traços de personalidade, como carisma e capacidade de convencimento, e habilidades adquiridas, incluindo os conhecimentos técnicos e comportamentais necessários ou úteis ao desempenho da liderança.
-
40. Considere que determinada organização pretenda avaliar o desempenho de seus colaboradores, utilizando como metodologia a técnica dos incidentes críticos, o que significa que levará em conta na referida avaliação
- (A) apenas aspectos medianos do comportamento e desempenho dos avaliados, descartando os excepcionalmente bons ou ruins.
 - (B) comportamentos extremos dos avaliados, com registro de aspectos do trabalho extremamente positivos e negativos.
 - (C) o resultado obtido pelos avaliados em dinâmicas ou jogos em que são submetidos a situações extremas, que demandam prontidão e alta performance.
 - (D) as faltas funcionais incorridas pelos avaliados em determinado período, como redutor da nota atribuída na avaliação de performance geral.
 - (E) performance dos avaliados em situações reais e hipotéticas (*cases* sugeridos em dinâmicas) que demandam pensamento criativo e soluções inovadoras.



41. A adoção de uma sistemática de gestão por processos que se baseie na metodologia Caminho Crítico, *Critical Path Method* (CPM), apresenta como uma de suas características centrais
- (A) a ponderação de cenários, interno e externo, cujas variáveis devem ser levadas em consideração no tempo de execução do projeto e na qualidade do resultado, sendo o mais desafiador denominado caminho crítico.
 - (B) a preocupação com a qualidade dos produtos ou serviços finais, estabelecendo um fluxo de ações relacionadas com a cadeia produtiva, no qual identifica-se como caminho crítico as etapas onde podem ocorrer falhas.
 - (C) o mapeamento das inconsistências nos processos de trabalho e de produção da organização, estabelecendo uma matriz de riscos cuja resultante é o denominado caminho crítico, que corresponde aos erros a serem evitados.
 - (D) a formatação de um plano de ação para treinamento das equipes e dos gerentes de projetos, com dinâmicas que reprodusam potenciais obstáculos na execução de projetos prioritários.
 - (E) o planejamento do tempo do projeto, sendo o caminho crítico o conjunto de atividades a serem executadas em uma sequência lógico-evolutiva, essenciais para o cumprimento do cronograma.
-
42. O denominado Ciclo PDCA, também conhecido como Ciclo de Deming, traduz-se em ferramenta bastante difundida e aplicada em
- (A) controle de qualidade, com a identificação das causas de falhas recorrentes, partindo do conceito de que 80% delas são geradas por 20% de causas.
 - (B) gerenciamento de projetos, com a classificação de acordo com o grau de prioridade no âmbito do planejamento estratégico.
 - (C) gestão de riscos, classificando os riscos em potenciais, desconhecidos, críticos e aleatórios, estes últimos não gerenciáveis.
 - (D) gestão de processos, com vistas a maximizar a eficiência, envolvendo ações de planejamento, execução, controle e correção.
 - (E) gestão de contratos, decompondo o objeto (pretendido, desejável, compatível e adequado) para melhor elaboração do termo de referência e acompanhamento.
-
43. Suponha que determinada organização pública pretenda implementar planejamento estratégico aplicando o *Balanced Scorecard* (BSC). Considerando os conceitos e premissas da referida metodologia, tal aplicação
- (A) afigura-se problemática para uma organização pública, pois possui foco apenas nas perspectivas econômica (de resultados financeiros) e do cliente, o que, em princípio, faz sentido apenas para uma organização privada.
 - (B) demandará a elaboração de mapa estratégico, para visualização das relações de causa e efeito entre os objetivos estratégicos, distribuídos entre as perspectivas consideradas pelo BSC.
 - (C) dependerá da prévia identificação da missão da organização, que significa a identificação de seus objetivos estratégicos, e da visão, que corresponde à construção dos indicadores e metas correspondentes.
 - (D) demandará a elaboração de uma Matriz SWOT, na qual são tabulados a missão, a visão, os valores e os objetivos da organização, trazendo como resultante as guias operacionais.
 - (E) poderá ser adaptada para as peculiaridades de uma organização pública, com a redistribuição dos pesos próprios das perspectivas inerentes ao BSC, a saber: forças, fraquezas, ameaças e oportunidades.
-
44. Uma estrutura organizacional pode adotar diferentes critérios de departamentalização, sendo um deles o divisional, cuja primeira referência de implantação corresponde ao modelo de Alfred Sloan na General Motors. Referido modelo se diferencia do modelo funcional, baseado nos conceitos de Henri Fayol,
- (A) pela criação de unidades, que operam com relativa autonomia, denominadas centros de resultados, cada uma delas apurando seus lucros ou prejuízos.
 - (B) por introduzir o conceito de órgãos permanentes, ditos de staff, e órgãos de duração limitada, vinculados ao tempo de vida do projeto que lhe é cometido.
 - (C) pelo elevado grau de centralização e de padronização de processos introduzido, retirando a autonomia gerencial dos departamentos e apurando resultados de forma unificada.
 - (D) pela introdução dos critérios de departamentalização por produto e por cliente, inexistente no modelo funcional, o qual previa apenas a departamentalização por atividades.
 - (E) pela descentralização de unidades, que passam a constituir novas pessoas jurídicas, integrantes de uma mesma holding.

Noções de Direito do Trabalho

45. Cícero é enfermeiro, registrado em CTPS, no Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Bom Parto, laborando em jornada comum de 8 horas diárias. Por força da escassez de empregados, tem se visto obrigado a usufruir de apenas 20 minutos de intervalo para refeição, para poder retornar rapidamente ao local de trabalho. Conforme o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, por essa situação peculiar em relação ao período de intervalo, Cícero faz jus ao pagamento de
- (A) 40 minutos diários, com acréscimo de 50%, de forma indenizatória, sem quaisquer reflexos nas demais verbas contratuais.
 - (B) 1 hora diária, com acréscimo de 50%, de forma indenizatória, sem quaisquer reflexos nas demais verbas contratuais.
 - (C) 40 minutos diários, sem acréscimo de adicional, e com os devidos reflexos nas demais verbas contratuais.
 - (D) 30 minutos diários, com acréscimo de 50%, de forma indenizatória, sem quaisquer reflexos nas demais verbas contratuais.
 - (E) 1 hora diária, sem acréscimo de adicional, com os devidos reflexos nas demais verbas contratuais.



46. Raio de Lua está trabalhando em regime de teletrabalho desde a pandemia de Covid-19. Sua empregadora, a Editora Página Virada, estuda o retorno ao trabalho presencial. Conforme dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, na situação descrita,
- (A) deverá haver a concordância da empregada para o retorno presencial, sendo que a empresa deverá observar o prazo mínimo de 30 dias para a transição.
 - (B) independência da anuência da empregada para o retorno presencial, sendo que a empresa deverá observar o prazo mínimo de 30 dias para a transição.
 - (C) deverá haver a concordância da empregada para o retorno presencial, sendo que a empresa deverá observar o prazo mínimo de 15 dias para a transição.
 - (D) deverá haver a concordância da empregada para o retorno presencial, sendo que a empresa deverá observar o prazo mínimo de 10 dias para a transição.
 - (E) independência da anuência da empregada para o retorno presencial, sendo que a empresa deverá observar o prazo mínimo de 15 dias para a transição.
-
47. O Restaurante Pé de Jaboticaba vai determinar o período de férias de Vênus, relativo ao período aquisitivo 2021/2022. Na observância da marcação, o empregador deverá se atentar, com base na Consolidação das Leis do Trabalho, para que as férias não se inicie no período de ...I... que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado, devendo participar a empregada com antecedência mínima de ...II...
As lacunas I e II devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com
- (A) 2 dias – 15 dias.
 - (B) 3 dias – 30 dias.
 - (C) 2 dias – 30 dias.
 - (D) 5 dias – 15 dias.
 - (E) 1 dia – 60 dias.
-
48. Perpétua comunicou sua empregadora, a Rádio Ondas Leves, que se encontra em estado gestacional. Nesses termos, com base no que prevê o ordenamento jurídico vigente, a empregada goza de estabilidade, sendo protegida contra despedida arbitrária, desde a confirmação de sua gravidez até
- (A) 5 meses após o parto.
 - (B) 120 dias após parto.
 - (C) o término da licença-maternidade.
 - (D) 5 meses após o término da licença-maternidade.
 - (E) 120 dias após o término da licença-maternidade.
-
49. Sócrates e a sua empregadora, a empresa de transportes Carga Pesada, pretendem colocar fim ao contrato de trabalho por acordo mútuo. O contrato vigora há 8 meses, sendo o último salário de Sócrates no valor de R\$ 1.800,00, e o saldo da conta do FGTS de R\$ 1.000,00. Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, sabendo-se que pelo acordo o aviso prévio será indenizado, o referido empregado fará jus, nessa modalidade de rescisão, a
- (A) R\$ 1.800,00 de aviso prévio, R\$ 200,00 de indenização sobre o saldo do FGTS e pode levantar o saldo total do FGTS.
 - (B) R\$ 900,00 de aviso prévio, R\$ 200,00 de indenização sobre o saldo do FGTS e pode levantar o saldo de até R\$ 800,00 do FGTS.
 - (C) R\$ 1.800,00 de aviso prévio, R\$ 400,00 de indenização sobre o saldo do FGTS e pode levantar o saldo de até R\$ 500,00 do FGTS.
 - (D) R\$ 900,00 de aviso prévio, R\$ 240,00 de indenização sobre o saldo do FGTS e pode levantar o saldo de até R\$ 800,00 do FGTS.
 - (E) R\$ 1.080,00 de aviso prévio, R\$ 240,00 de indenização sobre o saldo do FGTS e pode levantar o saldo total do FGTS.
-
50. Timóteo pretende se retirar da sociedade que mantém, com outros dois amigos, no restaurante Tomates Fritos, desejando seguir outros caminhos profissionais. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Timóteo se manterá responsável por eventuais direitos trabalhistas dos funcionários, de forma
- (A) subsidiária até o período de 1 ano.
 - (B) solidária até o período de 2 anos.
 - (C) solidária até o período de 3 anos.
 - (D) subsidiária até o período de 2 anos.
 - (E) solidária até o período de 1 ano.



51. Arquimedes foi transferido pelo seu empregador para localidade diversa do contrato de trabalho, para realização de serviços específicos, o que provocou a mudança de seu domicílio, sendo que a previsão é para que esse trabalho dure aproximadamente 1 ano. Nesse período, Arquimedes, de acordo com a CLT, fará jus ao adicional de transferência no percentual equivalente a
- (A) 25% do salário.
 - (B) 30% do salário.
 - (C) 40% do salário.
 - (D) 20% do salário.
 - (E) 50% do salário.

52. A empresa Arco e Flecha pretende negociar com o sindicato dos empregados um novo acordo coletivo, para se adequar à conjuntura econômica pós-pandemia. Dentre outras cláusulas, pretende negociar:
- I. Remuneração do trabalho extraordinário superior em 40% do trabalho normal.
 - II. Licença-maternidade de 90 dias.
 - III. Troca de feriados para segundas-feiras.
 - IV. Banco de horas anual.
 - V. FGTS no percentual de 6% durante 180 dias.

Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, são lícitas APENAS as cláusulas

- (A) I, III e IV.
- (B) II, IV e V.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e V.
- (E) I e III.

Noções de Direito Processual do Trabalho

53. A empresa de Cosméticos Babosa Ltda. pretende ingressar com recurso ordinário contra sentença que lhe condenou no pagamento de horas extras e férias em dobro em ação proposta por sua ex-vendedora. O prazo final para a interposição do referido recurso foi dia 10/11 (5ª feira). A advogada da empresa protocolou seu recurso ordinário no dia 07/11 (2ª feira), desacompanhado da comprovação da efetivação do depósito recursal, o que fez no último dia do prazo (10/11). De acordo com a CLT e o entendimento sumulado do TST,
- (A) o recurso ordinário será recebido e processado, uma vez que o depósito recursal pode ser comprovado dentro do prazo do recurso, sendo que a interposição antecipada não prejudica tal ato.
 - (B) o recurso ordinário será considerado deserto, pois a interposição deve vir necessariamente acompanhada dos comprovantes do depósito recursal e das custas processuais.
 - (C) somente se o depósito recursal fosse comprovado anteriormente ao término do prazo e a interposição do recurso ordinário fosse posterior, a dilação do prazo não seria afetada e ele seria recebido e processado.
 - (D) dentro do prazo legal, a empresa recorrente deveria necessariamente informar na peça de interposição do recurso que protestava pela juntada posterior, das guias do depósito recursal, para garantir seu direito ao recebimento e conhecimento do apelo. Não o fazendo, precluiu seu direito.
 - (E) a Vara do Trabalho determinará que a empresa justifique legalmente o motivo da interposição do recurso ordinário desacompanhado do comprovante do depósito recursal, sob pena de deserção.

54. Na audiência UNA, compareceram as partes acompanhadas de seus advogados e firmaram acordo amigável no valor de R\$ 10.000,00, em dez parcelas de R\$ 1.000,00, que foi homologado pela Vara do Trabalho. Sabrina, a reclamante, no dia seguinte pensou melhor e sentiu que foi coagida a aceitar os termos do acordo, em várias parcelas, preferindo anular o acordo e tentar um acerto melhor com a reclamada. Nos termos da CLT e do entendimento pacificado do TST, Sabrina deverá interpor, dentro do prazo legal,
- (A) embargos à execução, tendo em vista que no caso do acordo, o trânsito em julgado opera-se de imediato, iniciando-se a execução.
 - (B) recurso ordinário.
 - (C) embargos de declaração.
 - (D) ação rescisória.
 - (E) agravo de petição.

55. Vitor e Marília estão estudando juntos para um concurso público e se depararam com a seguinte questão referente a prazos processuais no processo eletrônico: o Acórdão que negou provimento a um recurso ordinário foi disponibilizado em 11/11 (6ª feira), mas com data de 10/11 (5ª feira). Sabendo-se que o dia 15/11 (3ª feira) é feriado nacional e que em 14/11 haverá expediente normal no Tribunal Regional do Trabalho, a data final para interposição de recurso de revista será
- (A) 24/11.
 - (B) 23/11.
 - (C) 22/11.
 - (D) 21/11.
 - (E) 18/11.



56. Lídia prestou serviços como empregada doméstica, e foi dispensada sem justa causa, tendo direito a receber o valor de R\$ 10.000,00 a título de verbas rescisórias, as quais não foram pagas. Seu marido Heitor, empregado celetista da Prefeitura Municipal de sua cidade, também foi dispensado e tem a intenção de ingressar com uma reclamação trabalhista para pleitear diferenças de horas extras e de 13^º salários, que supõe totalizar R\$ 20.000,00. Por fim, a vizinha deles, Rafaela, era secretária da Empresa de Vigilância Virtual Ltda., que encerrou suas atividades, deixando de pagar seus empregados e encontra-se em local incerto e não sabido, deixando-a credora do valor de R\$ 25.000,00. De acordo com a CLT, poderão optar pelo procedimento sumaríssimo na interposição de reclamação trabalhista
- (A) Lídia, Heitor e Rafaela.
(B) Lídia, apenas.
(C) Heitor e Rafaela, apenas.
(D) Rafaela, apenas.
(E) Lídia e Heitor, apenas.
-
57. Bento possui 17 anos de idade e foi devidamente contratado e registrado em CTPS, podendo assinar os recibos de pagamento de seus salários. Ocorre que injustamente dispensado após um ano de contrato de trabalho, pretende ingressar com reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora. De acordo com a CLT, Bento
- (A) teria que ser representado somente se prestasse seus serviços na condição de aprendiz, o que não é o caso.
(B) não precisa de representação para ingressar com reclamação trabalhista, pois tendo sido contratado como empregado, adquiriu capacidade postulatória como se maior de idade fosse.
(C) deverá estar representado por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, entre outros.
(D) deverá ser arguido pelo Juiz se necessita ou dispensa a sua representação por terceiros.
(E) deverá aguardar atingir sua maioridade para ingressar com reclamação trabalhista, uma vez que contra si não ocorre os efeitos da prescrição.
-
58. No bojo da reclamação trabalhista movida por Sandra em face de Tecidos de Seda Ltda., na qual atuou como vendedora durante 2 anos, na audiência UNA, tendo a reclamada previamente apresentado defesa, a Juíza do Trabalho tentou a conciliação entre as partes, o que restou infrutífera. Ao tomarem conhecimento da contestação apresentada, a reclamante e seu advogado requereram a desistência da reclamação trabalhista. Considerando a legislação vigente, nesse caso,
- (A) a Juíza analisará os termos da reclamação e decidirá conforme a analogia e os princípios gerais do direito, podendo ou não homologar a desistência formulada pela reclamante.
(B) mesmo que a reclamada não concorde com a desistência formulada, a Juíza deverá homologar a desistência, uma vez que tal ato não depende da concordância da ré.
(C) a desistência pode ser homologada pela Juíza, mesmo ante a discordância da reclamada, pois foi formulada antes do início da instrução processual, com o depoimento pessoal das partes e oitiva de testemunhas.
(D) a desistência da ação somente poderá ser homologada pela Juíza, ainda que sem a concordância da reclamada, caso haja pedido de danos morais, pois eles possuem natureza cível.
(E) se a reclamada não concordar com a desistência formulada, a Juíza não poderá homologá-la, porque a contestação já foi oferecida e a desistência depende da concordância da reclamada.
-
59. Considere as afirmativas abaixo.
- José presta serviços na qualidade de trabalhador avulso.
 - Carla trabalha como concursada, desde 2010, em um Cartório de Registro Civil.
 - Monalisa é atleta profissional de futebol.
- No caso de ajuizamento de reclamações referentes a direitos trabalhistas, são competentes para as hipóteses apresentadas, respectivamente:
- (A) a Justiça Comum Estadual, a Justiça do Trabalho e a Justiça do Trabalho.
(B) a Justiça do Trabalho, a Justiça Federal e a Justiça do Trabalho.
(C) a Justiça Comum Estadual, a Justiça Federal e a Justiça do Trabalho.
(D) a Justiça do Trabalho, em todos os casos.
(E) a Justiça do Trabalho, a Justiça Comum Estadual e a Justiça Comum Estadual.
-
60. Considere.
- A empresa Massas Alvorada Ltda. está em processo de recuperação judicial.
 - O Condomínio Edifício Lagoa Azul é residencial e o valor do condomínio arrecadado mensalmente tem a finalidade de ratear despesas ordinárias e extraordinárias dos empregados e das áreas comuns do condomínio.
 - Mário é um microempreendedor individual, produzindo camisetas.
- Todos possuem reclamações trabalhistas e pretendem ingressar com recurso ordinário contra as sentenças em que foram sucumbentes. Quanto ao depósito recursal, será reduzido pela metade para
- (A) o Condomínio Edifício Lagoa Azul e Mário, apenas.
(B) todos.
(C) Massas Alvorada Ltda e o Condomínio Edifício Lagoa Azul, apenas.
(D) Massas Alvorada Ltda e Mário, apenas.
(E) o Condomínio Edifício Lagoa Azul, apenas.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 10: 10.4 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.4.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema, com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.9 deste Capítulo. 10.5 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.5.1 **Conteúdo** - até 40 (quarenta) pontos: a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.5.2 **Estrutura** - até 30 (trinta) pontos: a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.5.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, no Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.5.3 **Expressão** - até 30 (trinta) pontos: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e 18 períodos; elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.5.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios. 10.6 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.7 Será atribuída nota **ZERO à Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos itens 10.4 a 10.9 deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.9 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites **mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.10 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100,00 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 60,00 (sessenta) pontos**.

Mesmo com o direito à moradia reconhecido formalmente no Brasil pela Emenda Constitucional nº 26 de 14 de fevereiro de 2000 e, também, como um direito básico, que está inserido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, estima-se que no território brasileiro exista um déficit (quantidade que falta para atender a uma demanda) de pelo menos 5,8 milhões de moradias, além de outras 24,8 milhões de residências que apresentam algum tipo de inadequação que as tornam insalubres e inseguras para seus habitantes.

(Adaptado de: <https://jus.com.br>)

A partir das ideias expostas acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

Déficit habitacional no Brasil: desafios e perspectivas

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	



19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO